

## **Notícias preliminares das relações comerciais entre a Bahia e Angola: 1755-1830.**

Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes \*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar a pesquisa que por ora desenvolvo que procura estudar o tráfico de escravos, ampliando o olhar para as relações econômicas, sociais e de poder estabelecidas entre Salvador, um dos principais portos da América portuguesa e a África Central atlântica (sobretudo Ambriz, Luanda e Benguela), a partir da metade do século XVIII e os anos trinta do século XIX. Pretende discutir a presença do contingente de africanos, originários da região central africana, na Bahia de meados do setecentos e as primeiras décadas do oitocentos; e analisar as relações estabelecidas entre os comerciantes da praça de Salvador com parte do Império português (Portugal, África Central e Índia). Tomar-se-á como perspectiva de observação e abordagem as conjunturas de mudanças significativas – notadamente as do governo de Pombal, da transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, da formação e reconhecimento do Império brasileiro e da proibição do trato de escravos – que configuraram um quadro diferenciado, propício ao desenvolvimento de um comércio transatlântico.

**Palavras-Chave:** Bahia; África Central atlântica; redes comerciais; tráfico de escravos.

**Abstrat:** This paper aims to present the research which seeks to study the slave trade, expanding the look to the economic, social and power between Salvador, one of the main ports of the Portuguese America and Atlantic Central Africa (mainly Ambriz, Luanda and Benguela), from half of the eighteenth century and thirty years of the nineteenth century. It intends to discuss the presence of the contingent of Africans, from the central African region, in Bahia and analyse the relationship between the traders of the square of Salvador with the Portuguese Empire (Portugal, central Africa and India). Will be taken as a perspective of observation and approach the situations of significant changes - notably that on of the government of Pombal, the transfer of the colony's capital to Rio de Janeiro, the formation and recognition of the Brazilian Empire and the prohibition of dealing in slaves – wich created a differently scenarios propitious for the development of transatlantic commerce.

**Keywords:** Bahia; Atlantic Central Africa; traffic of slaves; commercial networks.

### **1. INTRODUÇÃO:**

Durante o mestrado, realizado entre 1996 e 1998, buscamos compreender o tráfico ilegal de escravos para a Bahia (1830 – 1850), a partir da história de vida de um dos maiores contrabandistas de escravos de Salvador, o Conde Joaquim Pereira Marinho. A idéia era buscar agrupar o maior número possível de informações sobre Pereira Marinho, a partir dos

---

\* Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – DCH Campus V – Santo Antonio de Jesus. Doutoranda da Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista FAPESB.

seguintes pontos: seu comportamento nos negócios, sua influência junto ao poder local, os ramos do comércio que operava, as teias de relações comerciais construídas nos dois lados do Atlântico, como investiu seus lucros e constituiu sua fortuna. Desse modo, foi possível entender como se processou o tráfico clandestino de escravos, a figura do traficante e como o mesmo era visto pela sociedade baiana da época.

Foi trabalhando com as fontes que indicavam o envolvimento de Pereira Marinho com o tráfico de escravos que encontramos a informação sobre a origem da sua fortuna, advinda do comércio estabelecido com uma conhecida negociante de escravos africana – Ana de Angola – de quem se tornou “correspondente comercial” na Bahia. Despertamos a atenção, logo de início, para o fato de que no período histórico ao qual se referia a notícia – anos trinta do século dezenove – segundo a bibliografia até então consultada, predominava, majoritariamente, um quantitativo de escravos proveniente da África Ocidental (Costa da Mina) para o porto de Salvador. Dessa forma, como explicar que um contrabandista de escravos, recém ingressado nesta atividade, pôde constituir “a base da fortuna colossal que chegou a adquirir” durante a vida, a partir do comércio com a região da África Central (Congo-Angola)?

Os números contabilizados pelas pesquisas demográficas mais recentes revelam que foram retirados, compulsoriamente, das várias regiões africanas para o Brasil (principalmente para os portos de Salvador, Rio de Janeiro e Pernambuco) durante o período no qual o tráfico de escravos era legal, entre 3,5 e 3,6 milhões de escravos das Áfricas ocidentais e centro-ocidental. (RODRIGUES, Jaime:2005,29). Esses, superaram, em número muito maior, o contingente de africanos escravizados vindos para a América portuguesa. No entanto, entre o final do século XVII e princípio do XVIII, os traficantes baianos começaram a expandir seus negócios para a região mais ao norte da Costa Africana, o golfo do Benin, que se tornaria a principal fornecedora de escravos para a Bahia durante o século XIX.

Apesar disso, o tráfico entre Bahia e Angola nunca cessou. Entre 1776 e 1830 foram registrados 287 navios negreiros procedentes da região da África Central atlântica (Loango, Molembo, Cabinda, Ambriz, Rio Zaire, Luanda e Benguela), cujo destino era o porto de Salvador.<sup>1</sup> Segundo o historiador Roquinaldo Ferreira, as ligações mantidas entre “brasileiros” e luso-africanos, durante a legalidade do tráfico, permitiram que, quando este se

---

<sup>1</sup> Consultando os livros de entrada de navios vindos da África para Salvador e o periódico *Idade d’ouro do Brasil*, os historiadores Manolo Florentino, Alexandre V. Ribeiro e Daniel D da Silva, chegaram a esse montante. Manolo Florentino, Alexandre V. Ribeiro e Daniel D da Silva, “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 31, 2004, pp.83-126, Tabela 1.

tornou ilegal, tais relações continuassem, embora fossem bem mais intensas com o Rio de Janeiro. Para esse autor, muito mais do que ligações econômicas, os “brasileiros” mantinham laços de amizade com as principais famílias da costa africana envolvidas no comércio de escravos. As famílias luso-africanas que formavam os grupos mercantis que emergiram em várias regiões de Angola, como Luanda e Benguela, durante o tráfico legal, fortaleceram-se e expandiram-se para Ambriz e Cabinda, no período do tráfico ilegal. Com a ilegalidade, acentuou-se a presença desses investidores, que tinham enraizamento em Angola e participação ativa no contrabando. Os “brasileiros” atuavam junto a eles, tornando-se, às vezes, seus sócios e enviando para aqueles portos as *fazendas* (bebidas, panos e mantimentos) usadas na troca por mercadorias do sertão de Angola (azeite de palma, goma copal, cera, marfim e couros). As *fazendas* eram utilizadas como moeda na aquisição de escravos. Sem elas tornava-se impossível fazer negócio nas feiras da região.<sup>2</sup>

Minha pesquisa sobre o tráfico de escravos no período ilegal, para Salvador, revelou que D. Ana Joaquina dos Santos e Silva (Ana de Angola) “talvez a mais rica e poderosa negociante de Luanda, na primeira metade do século XIX”, era filha de um régulo do interior de Angola, casada com o governador de Moçâmedes e possuidora de uma casa de grosso trato “a mais antiga que há nesta província [Luanda]” que, provavelmente, recebeu de herança do marido após sua morte. Era uma mulher da terra, a quem um casamento de conveniência, muito comum entre as famílias africanas do interior com empregados do governo português, garantiu privilégios comerciais e ascendência no negócio do tráfico.<sup>3</sup>

A rede dos agentes do tráfico envolvia um grande número de pessoas, espalhadas em vários pontos do litoral atlântico. Durante todo o período do tráfico e, principalmente, durante sua ilegalidade, tanto no Brasil como nas regiões da costa africana, os mecanismos utilizados pelos traficantes foram quase sempre os mesmos. A rede do tráfico atuava em lugares diferentes, mas possuía os mesmos fornecedores em África e no Brasil. Um exemplo disso é o fato de Ana de Angola fornecer escravos para casas comerciais do Rio de Janeiro e, também, para Pereira Marinho. (XIMENES, Cristiana F.L., 1999: 71).

---

<sup>2</sup> Em 1835, iniciou-se a repressão do tráfico em Luanda que, em 1845, passou a ser combatido pelas autoridades administrativas de Angola., Com isso, houve um aumento do tráfico nas regiões localizadas ao norte, Cabinda, Ambriz e Rio Zaire, que se constituíram nos principais portos de contrabando de escravos até 1860. Apesar do Rio de Janeiro predominar como destino das embarcações empregadas no tráfico (1835 a 1849), “também saíram navios para Pernambuco e Bahia neste período”. FERREIRA, R.: 1999, 144-5).

<sup>3</sup> Ver: Carlos Pacheco, *José da Silva O Ferreira*, União dos Escritores Angolanos, Luanda, 1990, p. 41; Mário António Fernandes de Oliveira, *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1981, pp. 16 e 36 e Joseph C Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*, Madison, University of Wisconsin Press, 1988, pp. 289-95.

Nesta pesquisa atual, daremos continuidade ao estudo do tráfico de escravos, ampliando nosso olhar para as relações econômicas, sociais e de poder estabelecidas entre a Bahia, os principais portos da América portuguesa e a África Central atlântica (Luanda, Benguela e Congo), a partir da metade do século XVIII e os anos trinta do século XIX. Nossos principais objetivos são discutir a presença do contingente de africanos, originários da região central africana, na Bahia setecentista; e analisar as relações estabelecidas entre os comerciantes da praça de Salvador com parte do Império português (Portugal, África Central e Índia). Em ambos os casos, estaremos tomando como perspectiva de observação e abordagem as conjunturas de mudanças significativas – notadamente as do governo de Pombal, da transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, da formação e reconhecimento do Império brasileiro e da proibição do trato de escravos – que configuraram um quadro diferenciado, propício ao desenvolvimento de um comércio trilateral que “transformou radicalmente a história colonial nacional brasileira”.<sup>4</sup>

## 2. JUSTIFICATIVA

Ao escolher estudar o tráfico de escravos de Angola para a Bahia a partir da metade do século XVIII e as três primeiras décadas do XIX, sentimos a necessidade de inseri-lo num contexto maior que envolve as relações comerciais entre esses dois portos do Atlântico Sul. A importância de Angola como fornecedora de mão de obra escrava para o Brasil nesse período é inegável. Estimativas do censo demográfico, apontadas por Curtin, indicam que “70% dos escravos trazidos para o Brasil no século XVIII vieram daquela região”. (RODRIGUES, Jaime, 2005:29). Embora saibamos que o maior percentual dessa cifra tenha partido de portos da África Central atlântica, incluindo o porto de Luanda, com destino ao Rio de Janeiro, não podemos deixar de considerar a relevância desta região para o comércio transatlântico com o porto de Salvador. Sendo assim, pretendemos discutir a construção das relações entre os comerciantes nos dois lados do Atlântico sobre a perspectiva do funcionamento desse mercado e das trocas comerciais efetuadas entre as áreas do Império português (Brasil, Angola e Ásia) envolvidas na obtenção dos escravos africanos.

É preciso também observar as diversas conjunturas nacional e internacionais que acompanharam o período a ser estudado. Nosso estudo busca revelar como as transformações

---

<sup>4</sup> Concordo com a tese de Alencastro que defende a idéia de pensarmos o tráfico de escravos para a América Portuguesa envolvendo os territórios africanos, asiáticos e das colônias antilhanas como parte de um circuito comercial mais amplo com a circulação de diversas mercadorias. Luis Felipe de Alencastro, *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Cia. das Letras, 2000, pp.250-1.

encabeçadas pela administração de Pombal e o contexto desastroso do terremoto de 1755; a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro (1763); o processo de formação e reconhecimento do Império brasileiro e a proibição do tráfico de escravos refletiram nas redes de relações sociais e políticas dos diversos grupos mercantis envolvidos, entre as autoridades administrativas e na dinâmica do trato transatlântico. Buscaremos entender a micro-dinâmica do comércio na Bahia colonial e a relação com as outras regiões da América portuguesa de maneira que identifiquemos os mercados abastecidos pelos escravos africanos e a natureza das mercadorias que chegavam no porto de Salvador.

### 3. UM POUCO DE HISTORIOGRAFIA

Os estudos sobre o tráfico de escravos da África para a América estão presentes na historiografia mundial que trata do assunto. Nos Estados Unidos, a discussão estava inserida na história da diáspora africana. A historiadora Linda Heywood, fazendo um balanço historiográfico e teórico sobre a temática, neste país, afirma que esses estudos começaram a ser feitos por estudiosos afro-americanos e remontam à década de noventa do século XIX.<sup>5</sup>

Segundo a autora, os primeiros trabalhos produzidos ainda na década de 1930 e 1950, por etnógrafos e antropólogos brasileiros e de outras nacionalidades, privilegiavam e exploravam a presença africana nas comunidades de descendentes de africanos nas regiões de língua francesa, inglesa e espanhola das Américas, mas negligenciavam aspectos importantes da história africana e do tráfico de escravos, sobretudo no que diz respeito ao quantitativo desse contingente populacional. Além disso, por dar uma ênfase maior às regiões da África Ocidental, estes autores consideravam as manifestações religiosas *yorubas* e *daomeanas* como sendo as mais importantes a serem estudadas em detrimento das outras regiões.<sup>6</sup>

Para Heywood foi a partir dos anos de 1960 e 1980 que as publicações acadêmicas, resultantes das pesquisas norte-americanas, revolucionaram o campo de estudos da diáspora africana ao se voltarem para o forte impacto causado pelo grande deslocamento populacional

---

<sup>5</sup> Na introdução do seu livro, a autora traça um quadro dos estudos sobre a temática nos Estados Unidos, Linda M. Heywood (org), *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, 1ª Edição, USA: Ed. Cambridge, 2001. Ela considera como primeira publicação sobre a temática, o trabalho do teórico racial W.E.B. Dubois o primeiro volume da série *Havard Historical Studies* “A supressão do tráfico de escravos africanos para os Estados Unidos”, publicado em 1896.

<sup>6</sup> Destacamos os trabalhos de Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, 7ª ed., revisão e prefácio de Homero Pires, São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988[1905]; Manuel Querino, *Costumes Africanos no Brasil*, 2ª ed., Recife: Ed. Massangano, 1988[1932]; Artur Ramos, *O Negro Brasileiro*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Graphia, 2001[1934]; Edison Carneiro, *Religiões Negra*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981[1946]; Roger Bastide, *O Candomblé da Bahia: rito nagô*, trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz, ver téc. Reginaldo Prandi, São Paulo: Cia. das Letras, 2001[1958] entre outros.

infligido pelo tráfico de escravos africanos para as Américas. O trabalho de Philippe D. Curtin (1969) constituiu-se na primeira tentativa de chegar a uma estimativa real do número de africanos escravizados e revelava, também, a forte presença de africanos centro-ocidentais na teia do tráfico transatlântico.<sup>7</sup> No entanto, os historiadores econômicos norte americanos, interessados no estudo quantitativo do tráfico de escravos e seu impacto nas economias africanas, européias e americanas, privilegiaram as pesquisas que trataram dessas estimativas por quase três décadas.

Esses trabalhos, em geral, enfatizavam a organização econômica do tráfico, os padrões de investimento e lucratividade, a demografia escrava, as doenças, a mortalidade e os impactos econômicos do negócio. As tabelas e gráficos elaborados representavam a estimativa demográfica e retratavam a degradação e a morte relacionadas com o comércio de escravos<sup>8</sup> e, além disso, os sistemas de trabalho escravista nas Américas (*plantations*). Estes últimos, desenvolvidos entre os anos 1970 e 1980, indicavam um estudo voltado para aspectos relacionados ao gerenciamento e à organização desses sistemas escravistas denotando uma preocupação maior com a história social da escravidão.<sup>9</sup>

Ainda para a autora foi na década de 1990 que os trabalhos sobre a demografia do tráfico e os estudos da diáspora africana chegaram à sua excelência acadêmica. A divulgação do trabalho organizado por David Eltis, que reuniu uma base de dados em CD-Rom intitulada *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, a reunião de um grupo de estudiosos sob o comando de Paul Lovejoy (*Nigéria Hinterland Slave Trade Project*) e o projeto Rota dos Escravos da UNESCO compuseram um dos maiores bancos de dados sobre a demografia dos africanos envolvidos no tráfico transatlântico. Estes trabalhos, apesar da sua importância, terminaram por afastar desses debates as dimensões culturais presentes nos primeiros estudos da década de 1930 e 1950.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Philippe D Curtin., *The Atlantic Slave Trade: a census*, Madison: University of Wisconsin Press, 1969. *Apud* Linda M. Heywood (org), *Central Africans and... op. Cit.*

<sup>8</sup> Nesta perspectiva a autora lista os seguintes autores: Hebert Klein, *The Middle Passage: comparative studies in the atlantic slave trade*, Princeton: University Press, 1978; Paul E. Lovejoy, *A escravidão na África: uma história e suas transformações*, Trad. Regina A R F Bhering e Luiz Guilherme B Chaves, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002[1983]; Joseph Miller, *Way of death: merchat capitalism and the Angola slave trade 170-1730*, Madson: The University of Wisconsin Press, 1988.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, para o estudo de Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*; trad: Laura Teixeira Motta, (São Paulo: Cia das Letras, 1988).

<sup>10</sup> David Eltis, Stephen D. Behrendt, David Richardson e Herbert S. Klein, (eds), *The Trans-Atlantic Slave Trade: A database on CD-Rom set and guidebook*, (New York: Cambridge University Press, 1999; David Eltis, *The rise of African Slavery in the Americas* (New York, Cambridge University Press, 2000); Herbert S Klein, *The Atlantic Slave Trade* (New York, Cambridge University Press, 1999); *apud*, Linda M. Heywood (org), *Op. cit...*

No Brasil, neste mesmo período, já havia uma preocupação por parte de alguns autores em travar debates que destacavam as cifras e números do comércio de escravos africanos. As discussões se faziam de forma articulada com estudos mais etnográficos. Estimativas levantadas sobre o volume global desse comércio estiveram presentes nos trabalhos de: Pandiá Calógeras, Pedro Calmon, Artur Ramos, Roberto Simonsen, Afonso Taunay, Mauricio Goulart e Luiz Vianna Filho<sup>11</sup>, mas diminuíram na década subsequente.

Levando em consideração os dados levantados por Curtin e acrescidos pelas contribuições de Eltis, estima-se que o número de africanos importados para os portos brasileiros, entre o século XVI e XIX, correspondia a 45% do total (estimado em 11 milhões) de escravos que veio para a América. As regiões da Costa da Mina e Angola figuravam, a partir de meados do século XVIII, como as principais fontes que abasteciam o mercado brasileiro. Salvador, Recife e, posteriormente, Rio de Janeiro despontavam como grandes centros importadores de africanos. Esses números, variavam conforme o mercado (de acordo com a conjuntura européia, africana e brasileira) e os interesses dos traficantes estrangeiros – europeus, africanos – e brasileiros. Além disso, as cifras do tráfico, para o século XVIII, apontavam para um predomínio de escravos originários de Angola (Luanda, Benguela e Cabinda) e negociados no Brasil. (RODRIGUES, Jaime, 2005:29).

Dentro de uma perspectiva mais aberta, o exame cuidadoso desses percentuais revelava aspectos voltados para uma análise mais abrangente e social do tráfico, resultando na inserção de questões até então desconsideradas pela história econômica brasileira. O papel relevante desse comércio para a economia colonial, no abastecimento da mão-de-obra e de mercadorias para o mercado interno, e os interesses dos negociantes “de grosso trato” levaram a uma revisão dos conceitos sobre a existência de um rígido “sistema colonial” e do “comércio triangular” em todas as regiões envolvidas nesse comércio (Portugal, África e Brasil). Os trabalhos de João Luiz Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino demarcaram o início dessa discussão, destacando, sobretudo, o levantamento demográfico do trato de africanos de Angola para o Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Esses autores são considerados os pioneiros nesses estudos: Pandiá Cológeras, *Formação histórica do Brasil*, [1930]; Pedro Calmon, *História do Brasil*, [1933]; Artur Ramos, *As culturas negras no novo mundo*, [1937]; Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil*, [1937]; Afonso Taunay, *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, [1941]; Mauricio Goulart, *A escravidão africana no Brasil*, [1950]; Luiz Vianna Filho, *O negro na Bahia*, [1946]. Para esse levantamento, utilizo a divisão feita pelo historiador Jaime Rodrigues, *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*, São Paulo: Cia das Letras, 2005, pp.27-8. O autor destaca, também, que a grande variação dos números encontrados neste momento, deveu-se, sobretudo, aos métodos e fontes utilizados pelos autores em questão.

<sup>12</sup> João Luis Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*, (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1992); Manolo Florentino, *Em*

Todavia, o complexo comércio transatlântico, no qual se insere o tráfico de escravos africanos, vem sendo desvendado pela produção historiográfica mais recente sobre a escravidão africana. A diversidade das fontes colhidas e analisadas, em arquivos de diferentes países envolvidos neste comércio transcontinental, vem revelando a construção de redes comerciais mais amplas, muitas vezes inexploradas e significativas, capazes de rever conceitos, levantar muitos questionamentos e incorporar novas interpretações sobre a história colonial “nacional” brasileira.<sup>13</sup> Além disso, a identificação de interfaces entre o comércio e a dinâmica sociocultural, forjadas entre os grupos mercantis locais envolvidos nos negócios do tráfico, nos dois lados do atlântico e na travessia transatlântica, vem contribuindo, substancialmente, para as novas abordagens sobre os diversos impactos e desdobramentos da escravidão nas populações afro-descendentes envolvidas na diáspora africana.<sup>14</sup>

Os reflexos dessas tendências tiveram suas raízes nas pesquisas desenvolvidas sobre a cultura escrava e seus antecedentes africanos e puderam ser percebidos nas historiografias internacional e nacional sobre a escravidão africana e o tráfico de escravos. Estes novos estudos focalizam um olhar voltado para a herança das comunidades da afro-diáspora na África e nas Américas. Aspectos da política, arqueologia, lingüística comparada e religiosidade estão substituindo aqueles que enfatizavam o “sistema escravista” e o tráfico de escravos, fazendo emergir importantes conceitos como: “sistema do Atlântico Sul” e “Atlântico Negro”, desenvolvidos por historiadores norte americanos.<sup>15</sup>

Apesar das pesquisas acadêmicas voltadas para esses legados, feitas no Brasil, concentrarem suas fontes no século XIX e tenderem a focalizar as raízes na África Ocidental, alguns historiadores expandiram suas investigações para a África Central.<sup>16</sup> Sustentados pela

---

*costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1995) João Luis Ribeiro Fragoso & Manolo G. Florentino, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (c.1790-c.1840)*. Com uma vasta pesquisa para o Rio de Janeiro, esses autores defendem a idéia de uma revisão dos estudos sobre o *Antigo Sistema Colonial*, uma vez que a própria natureza do tráfico possibilitava o “acúmulo endógeno do capital” no interior da colônia.

<sup>13</sup> Para a abordagem do tráfico negreiro como negócio que envolvia vários interesses e interessados nos dois lados do Atlântico ver: Luis Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, [2000]; Jaime Rodrigues, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, [2000].

<sup>14</sup> Para uma discussão voltada para as influências sócio-culturais do tráfico no Rio e em Angola ver: Roquinaldo Amaral Ferreira, *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830 - 1860*, UFRJ, Dissertação de mestrado inédita, [1997]; R.A. Ferreira, *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*, Univ of Califórnia, Tese de doutorado inédita, [2003] e Jaime Rodrigues, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, [2000].

<sup>15</sup> A historiadora Linda Heywood atribui a Philippe D. Curtin e Paul Gilroy a articulação desses conceitos.

<sup>16</sup> Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo do tráfico de africanos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos nos séculos XVII e XIX*, São Paulo: Currupio, 1988 [1968]; Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de*

recente demografia do tráfico e de novas fontes seriais incorporadas a partir dos portos litorâneos, esses estudos vêm revelando não só a importância numérica desses africanos da região Congo-Angola, tanto no próprio território africano como nas diversas regiões do Brasil colônia, principalmente para o Rio de Janeiro, quanto da influência cultural para a formação da população “crioula”, motivando a recriação de estratégias de sobrevivência e solidariedades nos dois lados do Atlântico.

Para a Bahia, durante muito tempo, os historiadores concentraram seus estudos na escravidão negra. As pesquisas acadêmicas desenvolvidas na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Católica de Salvador confirmam a tendência entre os historiadores mais tradicionais, ligados a instituições como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de priorizarem e darem, em seus estudos, maior visibilidade aos africanos da costa ocidental. Apesar dessa tendência da historiografia baiana, os historiadores formados nestes programas foram responsáveis por romper com a perspectiva tradicional que valorizava o estudo das elites escravistas, fazendo emergir novos sujeitos envolvidos no contexto social da escravidão.<sup>17</sup> No entanto, mantiveram “invisíveis” a presença e participação dos africanos centrais na experiência do comércio negreiro e nas tradições culturais da afro-diáspora.

A partir dos anos de 1970 e 1980, a historiografia baiana da escravidão sofre mudanças fundamentais, sobretudo pelo uso de fontes documentais até então pouco utilizadas. A perspectiva de novas abordagens teórico-metodológicas impulsionou, sobretudo, a pesquisa documental. Desse modo, o tratamento dado às fontes seriais, tais como testamentos e inventários; a investigação da documentação judiciária, constituída pelas séries policial e de processos cíveis e criminosos; o cuidado tido com o arrolamento de periódicos, de diários ou relatos de viajantes, entre outros suportes, revelaram uma sociedade escravista mais complexa, conflitante e violenta do que se tinha notícia até então. Ao mesmo tempo em que, os escravos aparecem enquanto sujeitos que individualmente e em grupo, constituíram estratégias de sobrevivência, estabeleceram laços de solidariedade, negociaram, conspiraram, e ameaçaram a ordem social vigente.<sup>18</sup>

---

Janeiro – 1808-1850, trad. Pedro Maia Soares, São Paulo: Cia das letras, 2000 [1887]; Luiz Mott, Rosa Egipcíaca: uma Santa Africana no Brasil, Brasil: Ed. Bertrand, 1993; João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs), *Liberdade por um fio: Quilombos no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1996, Robert W. Slanes, ‘ “Malungu, ngoma vem!”’, *África coberta e descoberta do Brasil*, São Paulo: Revista USP, nº 12, [1995]; *Na senzala uma Flor: Esperanças e Recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999; Selma Pantoja e José Flávio S Saraiva (orgs), *Angola e Brasil nas rotas do atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

<sup>17</sup> Para um aprofundamento nesta discussão ver: Kátia Mattoso, *Bahia – Século XIX: uma província no império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 23-38.

<sup>18</sup> Destaco aqui os trabalhos considerados indicativo dessas mudanças: Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, trad. James Amado, São Paulo: Ed Brasiliense, 1990 [1979]; Maria José da Silva Andrade, *A mão de obra*

Grande parte dessas mudanças deveu-se, principalmente, à iniciativa da historiadora grega Kátia Mattoso e alguns dos seus ex-alunos e orientandos. Igualmente importante foi a presença de dois pesquisadores cujos estudos marcaram, em grande medida, e, também, inspiraram novas pesquisas sobre a escravidão na Bahia, principalmente, em relação ao tráfico de escravos. Refiro-me aqui ao francês Pierre Fatumbi Verger e ao historiador baiano Luis Henrique Dias Tavares.<sup>19</sup>

Uma grande lacuna que ainda existe na historiografia baiana e requer atenção por parte dos pesquisadores é a quase ausência de estudos que focalizem o comércio de africanos dos povos originários da África Central.<sup>20</sup> As pesquisas sobre a escravidão baiana vêm se concentrando na cidade do Salvador e Recôncavo, especialmente para o século XIX, dando uma maior visibilidade aos africanos ocidentais que, inegavelmente, neste momento se constituíam no maior contingente populacional e, talvez por isso, os maiores representantes nos movimentos e revoltas escravas na Bahia oitocentista. No entanto, são numerosas as fontes documentais dos séculos XVIII e XIX que apontam para a presença dos africanos centrais (angolas, benguelas e congos) na população escrava em Salvador, no Recôncavo e sertão baiano.<sup>21</sup> Estes registros, baseados na releitura de antigas fontes, na identificação de novos dados documentais e nos estudos historiográficos mais recentes, produzidos em outras regiões brasileiras, apontam para uma necessidade de questionar e redimensionar a pouca importância numérica, social e cultural dos povos da África Central na formação da população africana e crioula na Bahia colonial.

Para isso, será necessário empreender uma minuciosa investigação, partindo especificamente das cifras levantadas pela demografia mais recente do tráfico de escravos

---

*escrava em Salvador*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, (Dissertação de mestrado), 1975; Maria Inês Cortes de Oliveira, *O liberto, seu mundo e os outros*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, (Dissertação de mestrado), 1979; João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, Ed. revista e ampliada, São Paulo: Cia das Letras, 2003 [1982].

<sup>19</sup> De Pierre Verger, destaco o que considero um dos principais trabalhos sobre todo o período de duração do tráfico de escravos para a Bahia, *Fluxo e Refluxo do tráfico de africanos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos nos séculos XVII e XIX*, São Paulo: Curripio, 1988 [1968] e do historiador Luis Henrique D. Tavares, faço referência ao seu importante trabalho sobre o tráfico ilegal de escravos, *Comércio proibido de escravos*, São Paulo. Ed. Ática, 1988.

<sup>20</sup> Destaco, aqui, dois trabalhos sobre religiosidade dos Angola na Bahia: Sara Oliveira Farias, *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*, Salvador: Dissertação de Mestrados, UFBA, 1997 e Lucilene Reginaldo, *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*, Campinas: UNICAMP, (Tese de doutorado), 2005.

<sup>21</sup> Concordo com a historiadora Lucilene Reginaldo que chama a atenção para a necessidade de pesquisas sobre a presença desses grupos de africanos para a Bahia. Segundo a autora, existe uma “hierarquização étnica” extensiva a outras regiões (Cuba e Haiti), responsável por destacar uma “superioridade” cultural dos povos africanos ocidentais em contraposição à “inferioridade” dos africanos centrais. Lucilene Reginaldo, *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*, Campinas: UNICAMP, (Tese de doutorado), 2005, pp.175-6..

daquela região para a Bahia, e, de modo mais amplo, reconstituir as relações entre a Bahia e Angola durante a vigência do comércio de africanos, especialmente nos diversos contextos históricos, apresentados entre meados do século XVIII e as três primeiras décadas do XIX. É importante analisar esses números, tendo como premissa a interface entre comércio e dinâmica sociocultural; a importância dos grupos mercantis locais envolvidos nos dois lados do Atlântico; as estratégias construídas pelos diversos sujeitos históricos envolvidos nesses negócios, como: os “rivais” europeus, brasileiros e africanos e, por fim, os laços comerciais, familiares e culturais forjados pelos interesses — tanto do ponto de vista do capital, quanto das relações sociais — que se criaram em torno do comércio negro.<sup>22</sup>

Nesta perspectiva, o uso de séries documentais, como: testamentos e inventários, registros de entrada e saída de embarcações para os diversos portos de domínio português e petições podem revelar mais do que os números do comércio e origem dos africanos vindos para a Bahia. Podem indicar também, a natureza dessas relações comerciais, a própria dinâmica interna e externa dos laços mantidos entre as diversas regiões do Império português e a permanência do tráfico Angola-Salvador, no final do XVIII e início do XIX, mesmo num momento em que “o tráfico já tinha se especializado com a Costa da Mina”.<sup>23</sup> Além disso, processos cíveis e crime, inquéritos policiais e periódicos podem reconstruir trajetórias de vida dos vários sujeitos Atlânticos envolvidos na dinâmica sociocultural do comércio de escravos.<sup>24</sup>

#### **4. NOTÍCIAS PRELIMINARES DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BAHIA E ANGOLA**

A documentação até agora levantada demonstra o que grande parte da historiografia tradicional já havia constatado e a historiografia mais recente vem confirmando, “a história de

---

<sup>22</sup> Reporto-me, aqui, ao uso da técnica de prosopografia indicada pelo historiador Roquinaldo Ferreira na reconstrução de trajetórias de negociantes para analisar a micro-dinâmica do comércio da África Central para a Bahia. Roquinaldo Ferreira, “Biografia, mobilidade e cultura Atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em benguela, séculos XVIII-XIX”, *Revista Tempo: Dossiê (África)*, nº 20, Vol. 10, Jan. 2006, pp. 33-59.

<sup>23</sup> Roquinaldo Ferreira, “Dinâmicas do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”, in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouveia, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI- XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.352.

<sup>24</sup> Recentemente dois artigos publicados na *Revista Afro-Ásia* pelo historiador João José Reis um em parceria com Flavio dos Santos Gomes e Marcus Carvalho, outro individualmente, demonstram as redes de relações construídas pelas experiências vividas na escravidão pelo tráfico de escravos. João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus J.M.de Carvalho, “África e Brasil entre margens: aventura e desventuras do africano Rufino José Maria, c.1822-1853”, in *Revista Afro-Ásia*, ano 26, nº 2, 2004, pp. 257-302; João José Reis, “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista”, in *Revista Afro-Ásia*, ano 34, nº 2, 2006, pp. 237-313.

Angola, desde o século XVII até metade do XIX, esteve intimamente ligada à história do Brasil” (PANTOJA, 1999:123-131) e muito próxima da Bahia. A relação de proximidade pode ser identificada pelas “redes governativas montadas pelos oficiais régios que ocuparam cargos administrativos e estiveram à frente da governação portuguesa”, tanto em Angola quanto na Bahia. Grupos forjados pelas redes clientelares e de parentesco permitiram formas de acumulação, circulação de informações e desenvolveram estratégias políticas de interesse dos portugueses nas suas conquistas ultramarinas (GOUVEIA, 2005:179-181). É o que vem demonstrando as cartas, alvarás e ordens régias, petições, provisões, contratos de arrendamento da Coroa, relatórios e correspondências recebidas e enviadas pelas diversas autoridades da administração do Império Português, até então coletados. Este rico corpo documental, que até agora foi levantado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) ainda precisa ser melhor investigado a partir do cruzamento com as fontes identificadas nos arquivos baianos e as das outras regiões envolvidas neste comércio (Angola e Portugal).

Os livros da Alfândega da Bahia e da Relação da Bahia encontrados no ANRJ identificam funcionários régios da alfândega (provedores, tesoureiros, escrivões), membros do Conselho Ultramarino, capitães-gerais, contratadores e seus procuradores na colônia (arrendatários de contratos de comércio), proprietários e mestres de embarcações que se dedicavam ao comércio com as diversas regiões do Império Português e se alternaram nestas funções ao longo do tempo. Rotas marítimas de comércio dentro do Império incluíam portos intra-coloniais no Estado da Índia, Ilha de São Tomé e Príncipe, Angola, Costa da Mina, Moçambique, Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro entravam nos roteiros de viagem para o “resgate de escravos” sem qualquer contato direto com o porto de Lisboa. Diversas outras mercadorias (marfim, madeira nobre, drogas, animais, tecidos, cera, gêneros alimentícios, etc.) faziam parte deste comércio, até por que eram complementares no trato negreiro.

No que tange à política comercial estabelecida nos dois lados do Atlântico, não resta dúvida que o lucrativo negócio do tráfico norteou a formulação de muitas leis que tentaram regular esse comércio, a despeito da circulação de outras mercadorias. Apesar disso, os interesses dos diversos sujeitos envolvidos no tráfico prevalecem ante as determinações estabelecidas pela Coroa portuguesa (SILVA, Rosa da C., 1999:127-142). É o que pode ser percebido na análise da documentação publicada pela *Revista de Angola* também consultada. Os governadores gerais do lado angolano muitas vezes diante de situações incomuns da prática governativa, buscavam orientação e ajuda do governador geral em Salvador. A extensa correspondência trocada entre essas autoridades portuguesas compiladas nestes periódicos destaca a estreita relação estabelecida entre os dois portos e apresenta o retrato de uma

administração muito mais conectada com o Brasil (Bahia) do que aquela estabelecida com Portugal, apesar da participação efetiva do Conselho Ultramarino e das constantes consultas ao monarca português.

Como a pesquisa só está no início, as possibilidades de interpretação desta documentação irão se ampliar. Por hora é certo que muita coisa ainda está por vir. O contato com a historiografia especializada leva a um campo vasto de possibilidades que se não houver um cuidado muito intenso corre-se o risco de se perder no emaranhado da documentação. Daí a esperança que esta pequena comunicação suscite contribuições que ajudem no andamento do trabalho.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ALENCASTRO, Luis Felipe de, *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ANDRADE, Maria José de S., *A mão de obra escrava em Salvador (1811-1860)*, São Paulo: Corrupio, 1988.

BASTOS, Cristiana., ALMEIDA, Miguel Vale de., e FELDMAN-BIANCO, Bela., *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. E FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs), *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*, São Paulo: Alameda, 2005.

DIAS, Jill R., “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico”, in BASTOS, Cristiana., ALMEIDA, Miguel Vale de., e FELDMAN-BIANCO, Bela., *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 2007, pp.315-343.

FERREIRA, Roquinaldo A., “Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860”, in Selma Pantoja e José Flávio S. Saraiva (orgs), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_, *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830 - 1860*, UFRJ, Dissertação de mestrado, 1997.

\_\_\_\_\_, “Dinâmicas do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”, in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouveia, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI- XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_, *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*, Tese de Doutorado, Los Angeles: University of California, 2003.

\_\_\_\_\_, “Biografia, mobilidade e cultura Atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em benguela, séculos XVIII-XIX”, *Revista Tempo: Dossiê (África)*, nº 20, Vol. 10, Jan. 2006, pp.33-59.

FLORENTINO, Manolo, *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1995.

FLORENTINO, Manolo, RIBEIRO, Alexandre V. e SILVA, Daniel D da, “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 31, 2004.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1992.

FRAGOSO, João., BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI- XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOUVEIA, Maria de Fátima S., “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730), in BICALHO, Maria Fernanda. E FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs), *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*, São Paulo: Alameda, 2005.

- HEYWOOD, Linda M. (org), *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diáspora*, 1ª Edição, USA: Ed. Cambridge, 2001.
- KARASCH, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850*, trad. Pedro Maia Soares, São Paulo: Cia das letras, 2000.
- LARA, Silvia H., “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo regime na América portuguesa”, in BICALHO, Maria Fernanda. e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs), *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*, São Paulo: Alameda, 2005, pp.32-38.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi., *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador- 1760-1808*, Tese de doutorado em história econômica, São Paulo: FFLCH-USP, 1998.
- MATTOSO, Kátia M de Queiroz., *Bahia – Século XIX: uma província no império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, Kátia M de Queiroz., *De revolta dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*, Salvador: Currupio, 2004.
- MATTOSO, Kátia M de Queiroz., *Ser escravo no Brasil*, 3ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- MILLER, Joseph C, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*, Madison, University of Wisconsin Press, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes., “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”, in *Estudos Afro-Ásia*, nº 19/20, 1997, pp.37-73.
- OTT, Carlos B., *Formação e evolução étnica da Cidade do Salvador (O folclore baiano)*, Salvador: Tipografia Manú ed. Ltda, vol.1 [1955] e vol. 2 [1957].
- PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio S. (orgs), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_, “O Brasil colônia no acervo do arquivo histórico Nacional de Angola”, in *Revista de História*, FFLCH-USP, 140 (1999), 123-131.
- RAMOS, Artur., *O Negro Brasileiro*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Graphia, 2001[1934].
- REGINALDO, Lucilene., *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*, Campinas: UNICAMP, (Tese de doutorado), 2005.
- REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J.M. de., “África e Brasil entre margens: aventura e desventuras do africano Rufino José Maria, c.1822-1853”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, nº 2, 2004 pp. 257-302.
- REIS, João José., “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 34, nº 2, 2006, pp. 237-313.
- RODRIGUES, Jaime, *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*, São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- RODRIGUES, Nina, *Os africanos no Brasil*, 7ª ed., revisão e prefácio de Homero Pires, São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988[1905].
- RUSSEL-WOOD, A.J.R., *Escravos e libertos no Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SLANES, Robert W., “ ‘Malungu, ngoma vem!’ , África coberta e descoberta do Brasil”, São Paulo: *Revista USP*, nº 12.
- SILVA, Rosa da Cruz e, “Benguela e o Brasil no final do século XVIII: relações comerciais e políticas”, in PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio S. (orgs), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- SOARES, Mariza de Carvalho., *Devotos da Cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- VERGER, Pierre., *Fluxo e Refluxo do tráfico de africanos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos nos séculos XVII e XIX*, 3ª ed., São Paulo: Currupio, 1987.
- VIANNA FILHO, Luiz, *O negro na Bahia*, 3ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988, [1946].
- XIMENES, Cristiana F.Lyrio, Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887, Salvador: UFBA, Dissertação de mestrado, 1999.